

**ACONTECIMENTO E MEDIATIZAÇÃO:
Entre o determinismo e a contingência¹**

Leandro LAGE²

Resumo

Propõe-se uma crítica às perspectivas “midiacêntricas” do conceito de acontecimento, com base na abordagem pragmatista segundo a qual o acontecimento é definido menos como um construto midiático do que como fenômeno inscrito na experiência dos sujeitos (Quéré). À luz de estudos sobre o processo de mediatização (Braga; Fausto Neto) e sobre o uso estratégico de acontecimentos (Moloch; Lester), discute-se a questão da produção de acontecimentos “mediatizáveis”. Burca-se, enfim, chegar a uma definição que se distancie do midiacentrismo e, ao mesmo tempo, não confira ao fenômeno apenas um estatuto de contingencialidade.

Palavras-chave: Acontecimento. Jornalismo. Mediatização. Experiência.

Introdução

Certas ações são acontecimentos que imprimem sua marca no tempo.

P. Ricoeur.

Em 1972, num artigo intitulado “L’événement monstre”, publicado na revista *Communications*, o historiador Pierre Nora já apontava para o que atualmente não é tão difícil constatar: “Nas nossas sociedades contemporâneas é por intermédio deles [dos *mass media*] e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar” (1988:181). É pela mídia, segundo o autor, que os acontecimentos são projetados em larga escala, adquirindo ares mostruosos. Diante de tal “inflação factual”, restaria-nos somente integrá-los à nossa experiência cotidiana.

Nora ressalta a força midiática na constituição dos acontecimentos, mas, apesar da denúncia, não sugere que eles tenham se tornado criações artificiais resultantes estritamente

¹ Texto original, como recebido pela coordenação do Interprogramas.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: leandrorlage@gmail.com.

do trabalho da mídia. O historiador indica, sim, que a história tenha testemunhado a substituição do acontecimento “natural” pelo acontecimento “monstruoso”, difundido em grandes proporções. Contudo, alguns autores (Champagne, 2000; Verón, 2002) se mostraram adeptos de uma abordagem “midiacêntrica” no âmbito do que poderíamos chamar de teorias do acontecimento.

No campo da comunicação, poucos estudos reiteram a ideia de que acontecimentos são ocorrências inscritas na ordem da experiência, pois nos afetam, demarcam a organização de nossa conduta e iluminam situações problemáticas. Por outro lado, acreditamos haver nessa abordagem uma excessiva contingencialidade do acontecimento, o qual, num contexto de crescente mediatização social, também deve ser visto como algo provocado, suscitado para fins específicos, por indivíduos e coletividades.

Neste trabalho, problematizaremos, inicialmente, as teorias midiacêntricas segundo as quais o acontecimento é considerado apenas “artefato midiático”. E, com base numa abordagem pragmatista do acontecimento (Quéré, 1997, 2005, 2010, 2011), procuraremos defini-lo como fenômeno da ordem da experiência. Em seguida, à luz de estudos sobre a mediatização (Braga, 2007; Fausto Neto, 2008), discutiremos a questão do uso estratégico de acontecimentos jornalísticos (Moloch; Lester, 1993).

Trata-se, portanto, de tensionar o que Edgar Morin, no prefácio daquela edição da *Communications*, indicava como a problemática “batalha entre o determinismo e a contingência” (1972:5). Após seguir o percurso teórico acima sugerido, buscar-se-á chegar a uma definição de acontecimento que se distancie do midiacentrismo e que, ao mesmo tempo, não confira a esses fenômenos apenas um estatuto de contingencialidade, como se as ocorrências fossem sempre armadilhas do acaso.

Acontecimento e acontecimento jornalístico

Haveria, hoje, uma distinção entre o que é acontecimento e o que é acontecimento jornalístico? O que é acontecimento o é apenas porque foi apreendido e ecoado pela mídia?

Para determinadas abordagens, é inexistente a distinção entre acontecimento e acontecimento jornalístico, pois os acontecimentos propriamente ditos são sempre objetos

7º Interprogramas de Mestrado

de uma construção midiática. Tal ponto de vista é ilustrado pela análise do semiólogo E. Verón sobre a cobertura jornalística do acidente nuclear de Three Mile Island, ocorrido em março de 1979. Segundo o autor,

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades e transformações nos são dados a conhecer de imediato pelos *medios* com maior ou menor fidelidade. Só existem na medida em que esses *medios* o elaboram. (...) Os *medios* informativos são o lugar donde as sociedades industriais produzem nossa realidade (Verón, 2002:II).

Verón chama atenção para o papel da mídia não apenas na publicização, mas na construção mesma dos acontecimentos. Antes do trabalho midiático, o acontecimento não passa de “uma espécie de invariável desconhecida” (2002:10). É pela mídia que as causas, o cerne, a dinâmica e as consequências, enquanto componentes imprescindíveis para a inteligibilidade do acontecimento, são-nos dadas.

Essa abordagem se assemelha à de P. Champagne, para quem os acontecimentos são aquilo que o campo jornalístico elege como tal. Para o autor,

aquilo que chamamos de acontecimento é o equivalente a um tipo de oferta promocional quase cotidiana que os diferentes *médias* propunham sobre o funcionamento da informação para atrair o cliente. Como o dizem, significativamente, certos jornalistas, a primeira página de um jornal é sua “vitrine”; é lá que colocamos aquilo que temos de melhor para se vender (Champagne, 2000:419).

Se Verón percebe a existência de invariáveis desconhecidas anteriores ao trabalho midiático de construção dos acontecimentos, Champagne condiciona radicalmente a existência destes à visibilidade dada pela mídia. Acontecimentos seriam, portanto, determinações, criações, “artefatos midiáticos”.

Ambas as abordagens não deixam de estar certas no que diz respeito à função exercida pela mídia na constituição dos acontecimentos, em especial dos acontecimentos que ganham o *status* de problema público. Contudo, não queremos dizer com isso que a existência dos acontecimentos esteja condicionada ou seja determinada pela esfera midiática. Nesse sentido, reproduzimos aqui uma questão já colocada por L. Quéré: “Em que sentido podemos verdadeiramente dizer que os *médias* ‘constroem os acontecimentos’?” (1997:416).

Acontecimento e experiência

Na esteira de P. Ricoeur, o sociólogo L. Quéré (1997) fez uma das críticas mais contundentes à abordagem midiacêntrica dos acontecimentos. Para o autor, a emergência dos acontecimentos não se restringe ao seu surgimento concreto num determinado ponto espaço-temporal, tampouco à sua configuração pela mídia. “Cada acontecimento recebe parte de sua definição de sua contribuição ao desenvolvimento da intriga” (1997:427-428). Por intriga ou autor se refere à “a estrutura pré-narrativa” de organização da experiência.

Na evolução de sua abordagem, Quéré (2005, 2010) retoma a filosofia pragmatista para definir os acontecimentos como rupturas no fluxo contínuo da experiência. Antes de discutir a noção pragmatista de acontecimento tal como proposta por Quéré, convém definirmos o que é experiência, de que modo ela comporta continuidades e interrupções e quais são seus fatores.

Logo nas primeiras linhas do ensaio “Ter uma experiência”, J. Dewey a define como aquilo que “ocorre continuamente, porque a interação do ser vivo com as condições ambientais está envolvida no próprio processo de viver” (2010:109). Experiência envolve, assim, um sofrer e um agir, mas não como etapas de um mesmo processo, e sim como elementos em constante relação. Há, também, um componente de atenção. Daí porque determinados fenômenos, como os acontecimentos, são incorporados à nossa experiência e outros passam despercebidos no fluxo da vida cotidiana.

William James fez uma comparação oportuna entre o curso de uma experiência consciente e os voos e pousos alternados de um pássaro. Os voos e pousos ligam-se intimamente uns aos outros; (...) Cada lugar de repouso, na experiência, é um vivenciar em que são absorvidas e incorporadas as consequências de atos anteriores, e, a menos que esses atos sejam de extremo capricho ou pura rotina, cada um traz em si um significado que foi extraído e conservado (Dewey, 2010, p.139-140).

Como os pousos de que fala James, acontecimentos são esses intervalos entre os voos que dão ritmo à vida dos pássaros. São ocorrências empíricas, elementos demarcadores de nossa experiência, que orientam nossa conduta porque suas consequências e seus significados são absorvidos e incorporados. Disso resta que a experiência se constitui como uma sucessão de acontecimentos, alguns dos quais compõem experiências singulares, fortes, e outros se perdem no “vagar da correnteza” – para usarmos a expressão de Dewey.

7º Interprogramas de Mestrado

Esse caráter de afetação do acontecimento é o que Quéré chama de “passibilidade”. Para o autor, o acontecimento só o é porque “acontece a”. Há sempre um sujeito implicado, que sofre e reage, respondendo ao acontecimento pelo trabalho de apreensão, de significação. “O acontecimento entra, portanto, na experiência, não somente como facto mas ainda como termo de uma transacção. O acontecimento e aquele a quem ele acontece são, ambos, coisas que ‘se tornam’ no quadro de uma transacção” (Quéré, 2005:68).

O acontecimento e o sujeito são, portanto, fatores da experiência, pois estão implicados, integrados, e porque compartilham a condição de elementos ativos e dinâmicos que se modificam no curso da “transacção”. O acontecimento se precipita diante do sujeito, mas é este que atribui significação àquele, tornando-o inteligível através do esforço de enquadrá-lo. Para Quéré, a confrontação com os acontecimentos nos auxilia a organizar a experiência.

Essa confrontação apresenta duas faces. De um lado, domesticamos esses acontecimentos, reduzindo a parte da surpresa e de descontinuidade que comportam; fazemos deles acontecimentos de e em “nosso” mundo social. De outro lado, esses acontecimentos têm também um poder de esclarecimento, de indicação ou de revelação (Quéré, 2010:35).

Nada indica, portanto, que o acontecimento seja tão somente a resultante de uma construção midiática, embora reconheçamos, junto ao próprio autor, que “o papel dos media é, sem dúvida, decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual as soluções são elaboradas ou experimentadas” (Quéré, 2005:72-73).

A diferença entre construir/criar e identificar/explorar acontecimentos é significativa e nos permite adotar com maior segurança a dualidade “acontecimento” e “acontecimento jornalístico”, sobre a qual falaremos adiante.

A dupla vida do acontecimento

Para pensarmos a dicotomia acontecimento como ocorrência empírica, isto é, como intermitência no *continuum* da experiência, e acontecimento como objeto de apreensão midiática, parece-nos interessante a abordagem mais recente de Quéré (2011), ancorada na

7º Interprogramas de Mestrado

tese das três categorias da percepção de J. S. Peirce – a primeiridade, a secundidade e a terceiridade – e na ideia de dupla vida (*double life*) do acontecimento segundo J. Dewey.

Quéré sugere que tomemos o acontecimento como um fenômeno de existência dupla, pelos diferentes modos como o percebemos, sendo afetados e reagindo a ele. Para o autor,

a principal distinção que nós podemos fazer é entre os acontecimentos como mudanças que se produzem concretamente em nosso meio ambiente e os acontecimentos como objetos (objetos de pensamento, de discurso, de investigação, de julgamento). A grande diferença entre as duas formas é a simbolização, que introduz na experiência uma dimensão diferente daquela da simples existência (embora, como veremos, ela não esteja ausente do último) (Quéré, 2011:3-4).

O primeiro acontecimento – como mudança num estado de coisas – é uma emergência existencial, um tornar-se, uma processualidade que se dá num espaço de tempo e que, portanto, possui um começo e um desfecho. Tal acontecimento nos afeta de modo irrefletido. Prescinde de qualquer referência cognitiva. Por isso reagimos de forma espontânea, emocional, imediata. Ele nos golpeia (*frappe*), mas é compreendido apenas quando se torna objeto de investigação (*enquête*). A ele corresponde à qualidade “imediate e inefável” da primeiridade e à “colisão”, à tensão causal característica da secundidade.

Tal processo, diz o autor, é reativo. Podemos desenvolver a categoria da terceiridade no sentido de fazer dos acontecimentos objetos de investigação, de modo que deixem de ser transformações existenciais e passem a ser objetos dos quais nos damos conta e sobre os quais nos debruçamos. É precisamente nessa transformação que a comunicação atua. Sobre essa questão, Quéré recorre novamente a J. Dewey:

Quando ocorre a comunicação, todos os acontecimentos naturais são submetidos à reconsideração e revisão; eles são readaptados para satisfazer as exigências da conversação, quer seja esta o discurso público ou aquele início de discurso que chamamos de pensamento. *Os acontecimentos são transformados em objetos, em coisas com significações* (Dewey apud Quéré, 2011:6, grifo e glosas do autor citante).

É, portanto, pela comunicação que os acontecimentos acedem à condição de objetos do pensamento, da consciência, do conhecimento. Quando objetivados no âmbito das interações, das “conversações”, é que eles adquirem significados, são simbolizados. Ganham uma segunda vida porque tomam nossa atenção para se tornarem alvo de investigações, de julgamentos, isto é, do exercício do juízo.

7º Interprogramas de Mestrado

Nossa experiência comporta ambas as formas de acontecimentos, pois estamos a todo momento transformando acontecimentos emergenciais em “acontecimentos-objetos”. Contudo, não nos enganemos. “Grande parte dos acontecimentos que são levados ao nosso conhecimento o são em forma de histórias e, definitivamente, muito poucos como objetos de uma investigação à qual nós mesmos participamos” (Quéré, 2011:17).

Não há, assim, uma correspondência direta entre acontecimento emergencial – imediato e inefável – e acontecimento-objeto – julgado e determinado. Do mesmo modo como não poderia haver, segundo essa perspectiva, uma correspondência entre acontecimento – como ruptura no curso da experiência – e acontecimento jornalístico – como objeto de apreensão da esfera midiática. Tal distinção corrobora a ideia da dupla vida do acontecimento.

Não estaria o acontecimento, assim, aprisionado pela contingencialidade? Seriam os acontecimentos sempre da ordem da ruptura, do imprevisto? Examiná-los sob a ótica da mediatização parece trazer um problema para essa concepção.

Mediatização e acontecimento

Mediatização é daqueles conceitos flutuantes, levados com a brisa em meio a determinismos tecnológicos e midiacentrismos. Daí porque, antes de relacioná-lo com a noção de acontecimento, cumpre precisar o que é mediatização e quais suas implicações.

Para J. L. Braga, o conceito de mediatização pode ter duas visadas. Numa são levados em conta “processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo lógicas da mídia. (...) Já em um nível macro, trata-se da mediatização da própria sociedade” (2007, p.141). A definição cairia no midiacentrismo, dando primazia à mídia, não tivesse o autor tomado o devido cuidado ao definir tal fenômeno como “incompleto”, isto é, como processualidade inconclusa.

A mediatização da sociedade pressupõe que os campos e práticas sociais não apenas sejam afetados pelo funcionamento da mídia como passem a incorporar tais operações, funcionando de acordo com elas. A lógica midiática passa a “referenciar” os demais

7º Interprogramas de Mestrado

processos sociais. Isto é, a mídia compõe, enquanto variável relevante mas não elementar, a equação das práticas e situações.

Dito isto sobre o processo de mediatização, voltemo-nos então ao acontecimento: nada indica que as ocorrências sejam apenas de natureza contingente, que estejam completamente entregues ao acaso. Certos acontecimentos, diz Quéré, “são esperados ou previstos, e quando se produzem são o resultado daquilo que os precedeu. A sua ocorrência faz, apesar disso, emergir algo de novo. [...] Os acontecimentos importantes são, em grande parte, inesperados” (2005:61).

Numa sociedade em processo de mediatização, os acontecimentos inesperados possuem mesmo essa preponderância sobre os previstos? Um mesmo acontecimento não poderia ser esperado por alguém e inesperado por outrem?

Tirar o acontecimento do campo existencial para o reino dos homens, do social, requer colocá-lo numa teia de relações complexas, dentro da qual o que ocorre não é apenas o que é percebido, mas também o que é provocado para ser percebido – ainda que não se possa adiantar os resultados da ação.

Molotch e Lester escreveram, em 1974, um importante trabalho sobre o “uso estratégico” dos acontecimentos. Para os autores,

uma vez que os indivíduos ou as colectividades têm propósitos diferentes, enraizados em diversas biografias, estatutos, culturas, origens sociais, e situações específicas, eles terão utilizações diferentes, e por vezes opostas, para as ocorrências. Uma questão surge quando há, pelo menos, duas utilizações opostas, envolvendo pelo menos duas partes que têm acesso aos mecanismos de criação de acontecimentos. Para as questões públicas, estes mecanismos são os meios de comunicação de massas (Molotch; Lester, 1993:36).

Com base na ideia de que os sujeitos possuem interesses específicos e que tais usos estratégicos ocorrem em situações específicas, nas quais atuam diversas relações, inclusive de poder, os autores nos oferecem três tipologias de acontecimentos públicos: os de rotina, pensados e programados, como as chamadas entrevistas coletivas; os acidentes, opostos aos de rotina; e os escândalos, ocorrências programadas não pelos *promoters*, mas por atores com interesses opostos.

O acontecimento, visto a partir dessas possibilidades, pode ser inserido no contexto de uma sociedade em processo de mediatização, em que há não apenas interesse sobre os

acontecimentos, mas também em promovê-los, dispará-los, para que penetrem a esfera midiática.

“Nesse contexto, a anterioridade do acontecimento em relação à notícia deixa de ser vista como algo dado, preestabelecido, e revela-se como resultado do processo de produção jornalística” (Leal; Vaz; Antunes, 2010:222). Em outras palavras, a mediatização instaura uma condição em que os acontecimentos não são mais simplesmente anteriores à apreensão jornalística enquanto forma de julgamento daquelas rupturas no curso das coisas. As ocorrências são, muitas vezes, medidas e pesadas para que ganhem espaço na esfera de visibilidade midiática. Nesse sentido, a lógica midiática para a mediar a “promoção” dos acontecimentos, instaurando relações mais complexas que a da anterioridade absoluta. Eis nosso primeiro argumento contra a dicotomia “previstos”/“imprevistos”.

De volta à experiência

Exploraremos, nesta seção, nosso segundo argumento contra a “batalha entre o determinismo e a contingência”. Se, por um lado, tal tipologia se torna problemática quando vista sob a ótica dos sujeitos que produzem o acontecimento e dos que o testemunham – embora os primeiros também sejam testemunhas –, por outro lado, arriscamo-nos a afirmar que todos os acontecimentos, como mudanças num estado de coisas, como objetos de julgamento ou como resultantes de ações, possuem certo grau de imprevisibilidade.

Recorremos, aqui, a P. Ricoeur, no trabalho em que pensa a hermenêutica à luz da teoria da ação. Segundo o autor, a ação é autônoma e social. Embora planejada minuciosamente, suas consequências sempre escapam ao controle do agente:

Do mesmo modo que um texto se desliga do seu autor, uma ação desliga-se do seu agente e desenvolve as suas próprias consequências. Esta autonomização da ação humana constitui a dimensão social da ação. A ação é um fenômeno social, não apenas porque é a obra de vários agentes, de tal modo que o papel de cada um deles não se pode distinguir do papel dos outros, mas também porque os nossos actos nos escapam e têm efeitos que não tínhamos visado (Ricoeur, 1989:195).

A ação é, assim, uma “obra aberta”, tal como sua consequência. Daí porque dissemos acima que mesmo o que é provocado o é em partes, pois seus resultados estão

7º Interprogramas de Mestrado

sempre sujeitos ao curso das coisas e, por conseguinte, à leitura do outro. Podemos entender, assim, que a ação, uma vez efetuada, se descola do agente e se inscreve na experiência, ou no tempo, como preferiria Ricoeur.

Trata-se menos de impor aos acontecimentos a lei da contingência do que de ressaltar que há acontecimentos resultantes de ações específicas, mas que mesmos esses são imprevisíveis porque, para se transformarem em acontecimentos com significação, não prescindem da percepção do outro. Portanto, os acontecimentos “programados” ou “mediatizados” são também rupturas na continuidade da experiência de seus agentes e pacientes.

Tomemos novamente emprestada a concepção de acontecimento e experiência desenvolvida por Quéré para seguir em direção à conclusão. “A confrontação com os acontecimentos, inclusive aqueles que surgem no curso da ação, é, pois, um componente essencial da organização da experiência” (Quéré, 2010:35). Uma vez mantido como fenômeno da ordem da experiência, permanece o acontecimento como elemento organizador de nossa conduta.

Fica resguardado, assim, aquilo que Quéré chama de poder hermenêutico, isto é, a capacidade que tais irrupções possuem para iluminar situações problemáticas, redefinir identidades, tornarem-se fontes de sentido.

Breve conclusão

Com a distinção entre acontecimento e acontecimento jornalístico, a definição do primeiro à luz do conceito pragmatista de experiência, sua inscrição no contexto da sociedade mediatizada e a ressalva quanto ao grau de imprevisibilidade das ações, buscamos resguardar em alguma medida a potência do conceito de acontecimento e, ao mesmo tempo, atentar para o cuidado com as categorizações teórico-metodológicas no que diz respeito às tentativas de classificação dos acontecimentos.

Embora nosso pretensioso esforço tenha sido o de desconstruir uma proposição, não tentaremos oferecer uma outra classificação “mais adequada” para o acontecimento. Estamos convencidos, porém, de que é possível estabelecer uma distinção segura entre

7º Interprogramas de Mestrado

acontecimento e acontecimento jornalístico. Assim como também estamos convencidos de que essa distinção não pressupõe uma anterioridade do primeiro em relação ao segundo, como se costuma pregar. A mediatização, lembra Braga (2007), instaura processos complexos, diferidos e difusos. E é nesse sentido que podemos pensar em como acontecimentos de naturezas diversas podem se tornar “monstruosos”.

Referências

- BERGER, C; TAVARES, F. M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, M; FONSECA, V. P. S. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p.121-142.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, A.; ARAÚJO, D.; BRUNO, F. (orgs.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p.141-168.
- CHAMPAGNE, P. L'événement comme enjeu. **Réseaux**, v. 18, n. 100, p.403-426, 2000.
- DEWEY, J. Ter uma experiência. In: _____. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p.109-142.
- FAUSTO NETO, A. Mudanças da Medusa? A enunciação mediatizada e sua incompletude. In: GOMES, P.; BRAGA, J. L.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A. (orgs.). **Mediatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008, p.119-144.
- LEAL, B; VAZ, P. B.; ANTUNES, R. De quem é a agenda? In: BENETTI, M; FONSECA, V. P. S. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p.221-239.
- MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993, p.35-51.
- MORIN, E. Avant-propos. **Communications**, n. 18, p.3-5, 1972.
- NORA, P. O retorno do fato. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.179-193.
- QUÉRÉ, L. L'événement. In: BEAUD, M. et al. (org.). **Sociologie de la communication**. Paris: Réseaux/CNET, 1997, p.413-432.
- _____. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Lisboa, n. 6, 2005, p. 59-75.
- _____. O carácter impessoal da experiência. In: LEAL, B. S.; MENDONÇA, C. C.; GUIMARÃES, C. (org.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p.19-38.
- _____. Les formes de l'événement. Pour un réalisme pragmatiste. In: Colóquio em Imagem e Sociabilidade, 2, 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.1-24.
- RICOEUR, P. Da hermenêutica dos textos à hermenêutica da acção. In: _____. **Do texto a acção**. Ensaios de hermenêutica II. Porto: Rés, 1989, p.140-212.

7^o Interprogramas de Mestrado

_____. Événement et sens. **Raisons Pratiques** (École des Hautes Études en Sciences Sociales), Paris, n. 2, p.41-56, 1991.

_____. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. Tomo I. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

VERÓN, E. **Construir el acontecimiento**. 3 ed. Barcelona: Gedisa, 2002.